

## **PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Roberto Sidnei Macedo<sup>1</sup>**

A educação é todo significado, é social, político, espiritual e todas as coisas que vai se escrevendo de uma boca para outra, é educação de palavra, de diálogo. (Pensamento de um líder indígena em junho de 1994)

A constituição de 1998, em vários dos seus artigos, reconhece a pluralidade cultural brasileira e, no que diz respeito aos povos indígenas, especificamente os artigos 210, 215 e 231, reconhece e assegura a utilização de seus próprios processos de aprendizagem e estabelece como dever do Estado proteger as manifestações culturais das diversas sociedades indígenas. A partir da Constituição Federal, decretos, como por exemplo o 1904/96, elegem como uma das ações do Governo "assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sócio-cultural

A temática da educação diferenciada é reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de uma forma mais ampla, quando esta salienta que um dos princípios que regem o ensino diferenciado é o respeito à diversidade. É nos artigos 327 e 79 que se estabelece como responsabilidade da União agências federais de tormento à cultura, à assistência aos índios e a suas identidades étnicas, como organizações sócio-culturais com formas próprias de aprendizagem e o direito de desenvolver currículos e programas específicos.

O direito a uma educação diferenciada - uma conquista dos índios na Constituição Federal de 1998 -, é reafirmado pelo Decreto que criou, no Ministério da Educação, o Comitê de Educação Indígena, que tem como finalidade "subsidiar as ações e proporcionar apoio técnico-científico ao Programa de Educação Indígena" (Cortes e Macedo, 1998).

É a partir dessas bases legais e das demandas dos povos indígenas que c acolhido, inicialmente, no

---

<sup>1</sup> Professor Doutor, Departamento de Educação I e PPGE em Educação FACED/UFBA.

Departamento II da FACED o Projeto de Formação de Professores Indígenas da Bahia, tendo sido cumprida duas etapas e a realização de um Seminário Multirreferencial sob a denominação "A Aldeia e a Escola", onde predominantemente se trabalhou a proposta de um currículo diferenciado para a escola indígena. Com a participação e mediação ativa da doutoranda Clélia Cortes, de onde parte toda a proposta do projeto, envolvem-se também como coordenadores os Professores Sérgio Faria, pelo Departamento II e Roberto Sidnei Macedo, pelo Departamento I.

A proposta tem sido desenvolvida através de etapas em que a característica é uma formação em contexto, buscando uma construção de currículo onde o dinamismo do conhecimento, sua pertinência e relevância sócio-cultural, seu aspecto relacional e contraditório são abordados, com a clareza de que, as demandas por educação, pelos povos indígenas apontam para uma necessidade de afirmação cultural e de inserção social, visando uma participação ativa e digna no exercício da cidadania.

O referido Projeto é financiado pelo MEC, mais precisamente pela Coordenação de Educação Indígena desse Ministério, bem como vem sendo acompanhado pelo DEMEC/BA, pela FUNAI e pelo NEI (Núcleo de Educação Indígena da SEC/Bahia), além de fazer parte das ações de pesquisa e extensão do NEPEC (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Currículo, Cultura e Comunicação) e da Rede de Pesquisa em Currículo, coordenado pela Professora Teresinha Fróes Burnham.

A terceira etapa do curso, envolvendo professores de todos os povos indígenas da Bahia será realizada no Mês de Janeiro de 1999, tendo Salvador como a cidade acolhedora dos educadores indígenas e seus formadores.